

## ENTRE O SAGRADO E O SILENCIADO: REFLEXÕES SOBRE AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA A PARTIR DA FORMAÇÃO NO PIBID

José Vitor da Silva Souza <sup>1</sup>  
Andreza Honório Lima <sup>2</sup>  
Patricia Cristina De Aragão <sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo apresenta uma reflexão crítica sobre o minicurso “Religiões de Matriz Africana”, ministrado pelo Prof. Me. Augusto Bezerra no dia 31 de maio de 2025, promovido no âmbito do PIBID – História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O encontro foi um momento formativo de grande importância, promovendo debates acerca das epistemologias afro-brasileiras, da resistência religiosa e da necessidade de combater o racismo estrutural nas escolas. A atividade despertou questionamentos sobre os silêncios ainda presentes na prática docente e sobre os desafios impostos pela desinformação e pelos preconceitos historicamente construídos em torno das religiões de matriz africana. Relacionando os conteúdos discutidos com a Lei 10.639/03, refletimos sobre o papel do/a professor/a na construção de uma educação antirracista e decolonial, coerente com os princípios de Paulo Freire, especialmente no que se refere ao diálogo, ao respeito e à escuta do outro. O trabalho aponta ainda caminhos para uma atuação docente mais sensível e crítica, comprometida com a valorização da diversidade cultural e religiosa no espaço escolar.

**Palavras-chave:** PIBID, Religiões de matriz africana, Formação docente, Educação antirracista, Paulo Freire.

### INTRODUÇÃO

A formação inicial de professores deve ser compreendida como um processo que ultrapassa a simples transmissão de conteúdos escolares. Envolve, sobretudo, a construção de uma consciência crítica e ética sobre o papel social do educador, sua responsabilidade diante das desigualdades estruturais da sociedade e sua atuação em prol de uma educação verdadeiramente emancipadora. Nesse sentido, é fundamental que os cursos de licenciatura ofereçam experiências formativas que promovam não apenas o domínio teórico-metodológico

<sup>1</sup> Graduando do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, [vitor.j@aluno.uepb.edu.br](mailto:vitor.j@aluno.uepb.edu.br) ;

<sup>2</sup> Graduada pelo Curso de História da Universidade Federal - UEPB, [andreza.h@aluno.uepb.edu.br](mailto:andreza.h@aluno.uepb.edu.br)

<sup>3</sup> Professora Titular do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), coordenadora de área do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) do Campus I da UEPB [patriciaaragao@servidor.uepb.edu.br](mailto:patriciaaragao@servidor.uepb.edu.br)





da área de ensino, mas também a capacidade de intervir, de forma crítica e sensível, nas realidades concretas das comunidades escolares.

No contexto brasileiro, a escola permanece sendo um dos espaços onde o racismo estrutural se manifesta de forma explícita e, muitas vezes, naturalizada. Isso ocorre não apenas nas atitudes discriminatórias, mas também na omissão ou silenciamento de temáticas que envolvem a história, a cultura e a religiosidade dos povos africanos e afro-brasileiros. As religiões de matriz africana continuam sendo invisibilizadas nos currículos, tratadas com preconceito ou completamente ignoradas, contrariando o que preconiza a legislação educacional brasileira, especialmente após a promulgação da Lei 10.639/03. Essa lei alterou a LDB e tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana em todos os níveis da educação básica, incluindo também aspectos religiosos e simbólicos das heranças africanas no Brasil.

Entretanto, a implementação efetiva dessa legislação ainda esbarra em várias dificuldades como a falta de formação dos docentes, resistência de parte das famílias, discursos intolerantes e a própria ausência de materiais didáticos adequados e de respaldo institucional. Nesse contexto, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) aparece como uma ferramenta essencial para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e a justiça social. Ao aproximar os licenciandos da realidade das escolas públicas e fomentar momentos de formação teórica e prática, o PIBID possibilita vivências que contribuem para o desenvolvimento de uma docência crítica, dialógica e transformadora.

É nesse espírito que se insere o minicurso “Religiões de Matriz Africana”, ministrado pelo Prof. Me. Augusto Bezerra no dia 31 de maio de 2025, como parte das ações formativas do subprojeto PIBID História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O minicurso foi realizado em formato remoto, com ampla participação dos bolsistas, e se propôs a discutir não apenas os aspectos históricos e simbólicos das religiões afro-brasileiras, mas também os desafios impostos pelo racismo religioso no contexto educacional. O professor abordou conceitos fundamentais para a desconstrução de estigmas associados a essas religiosidades, ampliando o repertório teórico dos participantes e provocando reflexões sobre a prática docente.





Mais do que uma aula expositiva, o encontro configurou-se como um espaço de escuta, de reconhecimento de outras epistemologias e de fortalecimento do compromisso ético do educador com a valorização da diversidade. O minicurso também nos permitiu refletir sobre o quanto ainda é necessário lutar pela inserção legítima dessas temáticas no cotidiano escolar, especialmente na disciplina de História, que possui um papel-chave na desconstrução de narrativas coloniais e na valorização da memória de grupos oprimidos.

Este artigo, portanto, tem como objetivo analisar criticamente a experiência do minicurso à luz da formação docente proporcionada pelo PIBID, destacando suas contribuições para a construção de uma prática educativa antirracista e dialógica. Fundamentado na pedagogia freiriana, busco demonstrar que a inserção de discussões sobre as religiões de matriz africana na formação inicial é não apenas desejável, mas urgente e necessária. Além disso, o texto propõe refletir sobre os impactos dessa formação na atuação dos bolsistas nas escolas-campo, revelando os limites e as possibilidades para a construção de uma educação que respeite e celebre a pluralidade religiosa e cultural presente na sociedade brasileira.

## **METODOLOGIA**

Este artigo se inscreve no campo das pesquisas qualitativas, de caráter descritivo e reflexivo, com enfoque na formação inicial de professores no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), subprojeto História, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objeto de estudo e pela necessidade de compreender os sentidos atribuídos a essa vivência a partir das perspectivas dos participantes. Como defende Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa valoriza o contexto, a experiência e a subjetividade, sendo especialmente adequada para estudos que envolvem práticas pedagógicas e processos formativos.

O ponto de partida para a elaboração do relato foi o minicurso “Religiões de Matriz Africana”, ministrado em 31 de maio de 2025, via Google Meet, pelo Prof. Me. Augusto Bezerra. A atividade fez parte da programação oficial de formação no subprojeto do PIBID e foi acompanhada por licenciandos e licenciandas em História, bem como por membros da coordenação do subprojeto. Durante o evento, foram realizados registros em formato de anotações livres, prints de tela e comentários no chat, os quais foram posteriormente



discutidos. Essas interações permitiram a coleta de impressões, percepções e reflexões compartilhadas entre os participantes.

Além disso, como parte do processo reflexivo promovido pela ação formativa, os bolsistas foram incentivados a produzir registros escritos sobre o minicurso em seus relatórios semanais e no relatório imagético do subprojeto. Esses documentos, revisados para fins deste relato, constituem parte do material empírico utilizado na análise. A partir deles, foi possível identificar os principais eixos temáticos debatidos durante o encontro, bem como os impactos imediatos da formação na percepção dos participantes sobre as religiões de matriz africana e seu lugar no currículo escolar.

Outro aspecto metodológico importante foi a articulação entre o conteúdo do minicurso e as práticas vivenciadas nas escolas-campo. Embora a atividade não tenha tido, em um primeiro momento, um caráter de aplicação direta em sala de aula, ela provocou mobilizações internas que levaram alguns bolsistas a considerar formas de inserir o debate em suas intervenções didáticas, respeitando o contexto específico de cada escola. A metodologia, portanto, contempla não apenas a observação e a escuta ativa durante a formação, mas também a análise crítica do processo formativo enquanto prática de autoconhecimento docente e construção coletiva de saberes pedagógicos.

Para fundamentar nossa análise, utilizamos os referenciais teóricos da pedagogia freiriana, dos estudos sobre educação antirracista e das discussões sobre currículo, cultura e religiosidade. As contribuições de autores como Paulo Freire (1996), Nilma Lino Gomes (2017) e Kabengele Munanga (2003) foram fundamentais para a interpretação dos sentidos construídos durante a atividade formativa e para o diálogo com a prática docente no ensino de História.

Por fim, cumpre destacar que este estudo respeita os princípios éticos da pesquisa educacional, preservando a identidade dos participantes nas transcrições e não expondo imagens ou falas individuais de forma indevida. Por se tratar de uma análise interna de formação, vinculada a um programa institucional da universidade e sem fins comerciais ou intervencionistas diretos, não houve necessidade de submissão ao comitê de ética. Ainda assim, todos os cuidados foram tomados no tratamento dos dados, com base no compromisso ético que fundamenta a prática da pesquisa na educação.

## REFERENCIAL TEÓRICO





A discussão proposta neste artigo parte do entendimento de que toda prática pedagógica é atravessada por escolhas políticas, culturais e epistemológicas. Como aponta Paulo Freire (1996), não há neutralidade no ato de educar, ensinar é um ato político e ético, e exige compromisso com a transformação da realidade. Nesse sentido, é papel do/a professor/a não apenas transmitir conteúdos, mas contribuir para a formação de sujeitos críticos, capazes de questionar as estruturas de dominação que atravessam a sociedade. É nesse horizonte que se inscreve a defesa de uma educação antirracista, que reconhece a pluralidade dos saberes e enfrenta o racismo estrutural ainda presente nos espaços escolares.

As religiões de matriz africana, enquanto expressões culturais, espirituais e filosóficas de origem africana, foram historicamente marginalizadas no Brasil, principalmente por conta da colonização europeia e da imposição de um cristianismo hegemônico que associava tais práticas à barbárie e à inferioridade. Essa visão foi amplamente reforçada ao longo do processo de formação do Estado-nação brasileiro, que promoveu a ideia de uma identidade nacional homogênea e branca, apagando a diversidade étnica e cultural do país (GOMES, 2017; MUNANGA, 2003).

No campo da educação, esse silenciamento das tradições afro-brasileiras refletiu-se nos currículos escolares, que por muito tempo ignoraram a contribuição dos povos africanos e afrodescendentes para a formação histórica, cultural, religiosa e econômica do Brasil. Foi apenas com a promulgação da Lei nº 10.639/03, que alterou a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que se instituiu oficialmente a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas. A legislação, no entanto, ainda enfrenta obstáculos para sua efetivação plena, sobretudo no que diz respeito à formação de professores e à inserção real das religiosidades de matriz africana nos espaços de aprendizagem.

Segundo Nilma Lino Gomes (2017), o racismo religioso é uma das formas mais perversas de exclusão presentes no ambiente escolar. Ele se manifesta tanto em práticas explícitas de intolerância quanto no silêncio institucional diante da diversidade religiosa, o que se reflete na forma como os currículos privilegiam determinadas tradições em detrimento de outras. Para a autora, o enfrentamento desse problema exige mais do que boas intenções: é necessário romper com a ideia de que apenas o conhecimento científico ocidental é válido e reconhecer os saberes produzidos por sujeitos historicamente marginalizados. Como afirma Gomes:





A escola é uma das principais instituições afetadas por essa tensão, pois ela é socialmente responsável pela transmissão e socialização do conhecimento. Mas qual é o conhecimento que a escola se vê como instituição responsável a transmitir? Por mais que hoje tenhamos mais experiências de educação e diversidade, ainda é possível afirmar que é o conhecimento científico, e não as outras formas de conhecer produzidas pelos setores populares e pelos movimentos sociais.” (GOMES, 2017, p. 119).

Essa crítica se aplica diretamente à marginalização das religiões de matriz africana, cujos saberes e espiritualidades são constantemente excluídos dos espaços escolares por não se enquadrarem nos moldes considerados “aceitáveis” pela cultura dominante. Nesse sentido, o reconhecimento e a inclusão dessas religiosidades no currículo representam não apenas um ato de justiça epistêmica, mas também uma ação pedagógica antirracista e decolonial.

A pedagogia freiriana oferece um arcabouço teórico-metodológico potente para enfrentar esses desafios. Ao defender a educação como prática da liberdade, Paulo Freire propõe que o educador atue como mediador do diálogo entre os diferentes saberes, reconhecendo os conhecimentos populares e comunitários como legítimos. Em vez de impor verdades, o educador freiriano busca construir, junto com os/as estudantes, caminhos de aprendizagem baseados na escuta, na problematização da realidade e na valorização da identidade cultural de cada sujeito (FREIRE, 1996).

Esse diálogo entre a pedagogia crítica e os saberes de matriz africana é aprofundado por autores como Munanga (2003), que insiste na necessidade de romper com o eurocentrismo epistemológico que estrutura o sistema educacional brasileiro. Para ele, reconhecer a centralidade das culturas africanas na formação do Brasil é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O autor também defende a valorização das religiões afro-brasileiras como formas legítimas de conhecimento, espiritualidade e resistência.

Por fim, vale destacar que essa abordagem teórica se articula diretamente com os objetivos do PIBID, que visa à valorização da escola pública, à aproximação entre universidade e educação básica, e à formação de professores comprometidos com a transformação social. Inserir temáticas como a religiosidade de matriz africana nas formações do programa é uma maneira de contribuir para a formação de um professorado crítico, plural e







sensível à diversidade, em consonância com os marcos legais e teóricos da educação brasileira contemporânea.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participar do minicurso “Religiões de Matriz Africana” foi um chamado importante à reflexão sobre nossas práticas, nossas crenças e o nosso papel como futuros professores. O encontro, promovido pelo programa institucional de bolsa de iniciação à docência(PIBID) História, nos fez encarar o racismo religioso como um problema real, cotidiano e muitas vezes silenciado nas escolas. A partir das falas do professor Augusto Bezerra, fomos levados a pensar no quanto ainda falta para que a escola seja, de fato, um espaço de respeito à diversidade.

Ao ouvir, refletir e trocar experiências durante a formação, sentimos que a educação precisa reconhecer os saberes dos povos de matriz africana não como um conteúdo exótico, mas como parte essencial da nossa história, da nossa identidade e da construção do Brasil. Como disse Paulo Freire (1996), “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”. Isso significa que não podemos continuar tratando a religiosidade afro-brasileira como algo distante ou polêmico. Pelo contrário, ela deve estar presente no currículo com dignidade, respeito e verdade.

A formação nos levou a perceber que a luta antirracista não começa apenas com o combate ao preconceito explícito, mas com a mudança na forma como ensinamos e com os conteúdos que escolhemos. Como pibidianos, esse minicurso também fez pensar que, a escola ainda é, muitas vezes, um lugar que silencia essas vozes. Nosso papel é fazer diferente.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça essa responsabilidade. Ela destaca que o ensino de História deve garantir o respeito à pluralidade e à diversidade cultural e religiosa. Isso não é só um ideal bonito é um direito previsto em lei, como na Lei 10.639/03, que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira. A BNCC também nos lembra que o aluno deve ser agente do conhecimento e desenvolver a empatia, o diálogo e a valorização do outro. Como podemos cumprir esse papel se não mostramos a eles a beleza das tradições afro-brasileiras?

A partir do minicurso, percebemos que trabalhar com as religiões de matriz africana exige coragem, mas também compromisso ético e afeto. Paulo Freire dizia que ensinar exige ética e estética. Isso significa ensinar com beleza, com sentido e com respeito à vida do outro. O





conhecimento não pode ser separado da sensibilidade. E quando falamos de religião, estamos falando de fé, pertencimento e identidade. O professor não deve impor nem excluir. Deve abrir espaço para o diálogo e para a escuta ativa.

O racismo não é apenas um problema de atitude individual, mas uma construção histórica que moldou as instituições, inclusive a escola. Ao negar ou distorcer os saberes africanos, a escola reforça uma lógica de exclusão. Por isso, o minicurso teve um impacto tão forte, ele nos mostrou que é urgente acabar com a ideia de que o conhecimento válido é apenas o eurocentrado. É preciso valorizar outras epistemologias, outros modos de viver e de aprender.

Durante e após o minicurso, entre nós pibidianos, surgiram várias discussões: como falar sobre religiões afro sem ofender crenças pessoais? Como propor atividades que respeitem o contexto das escolas e, ao mesmo tempo, enfrentem o racismo religioso? Se você considera possível trabalhar com religiosidade afro-brasileira na escola? Essas dúvidas são legítimas e fazem parte do nosso processo de formação. Freire nos lembra que não há docência sem discência, ou seja, estamos o tempo todo aprendendo, questionando, reformulando nossa prática.

Como lembra a BNCC, é no exercício da escuta, da comparação e da análise crítica que os alunos e professores constroem uma "atitude historiadora" e foi isso que esse momento formativo nos provocou a fazer.

A escola precisa ser um espaço de valorização da diferença, não de reprodução de estereótipos. E nós, futuros educadores, temos que assumir essa missão com responsabilidade, ética e humildade. Como Freire afirma, educar é um ato político. Não no sentido partidário, mas como escolha: ou reforçamos as desigualdades, ou ajudamos a superá-las.

Por fim, o minicurso nos mostrou que não se trata de “falar sobre religiões”, mas de garantir que os saberes afro-brasileiros sejam reconhecidos como parte legítima da formação dos nossos alunos. Isso é mais do que uma questão de currículo: é uma questão de justiça, de humanidade e de compromisso com a construção de uma escola democrática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Então o minicurso “Religiões de Matriz Africana” mostrou, com muita força e sensibilidade, o quanto ainda temos que avançar enquanto futuros educadores. Ele foi mais do que um simples momento de formação. Foi um chamado à responsabilidade. A atividade nos







confrontou com as ausências, os silêncios e os preconceitos que ainda existem dentro da escola e, muitas vezes, também dentro de nós. Discutir sobre religiosidades afro-brasileiras nos obrigou a sair da zona de conforto, questionar nossos referenciais e repensar a forma como nos posicionamos frente à diversidade.

Ao longo deste artigo, refletimos sobre como essa formação dialoga com autores fundamentais para a educação crítica no Brasil, como Paulo Freire, Nilma Lino Gomes e Kabengele Munanga. Freire nos ensinou que não existe neutralidade na prática educativa. Toda escolha é política. Decidir incluir ou excluir determinados saberes do currículo é, por si só, uma ação que reforça ou combate às estruturas de poder. Ensinar sobre religiões de matriz africana, é afirmar que o espaço escolar deve ser plural, inclusivo e respeitoso com as diferentes formas de viver, crer e se expressar.

Como Nilma Lino Gomes (2017) nos lembra que a escola, muitas vezes, ainda privilegia o conhecimento ocidental e cristão como única forma legítima de saber. Isso faz com que outras visões de mundo, como as que existem nas religiões afro-brasileiras, sejam tratadas como folclore, exotismo ou até como ameaça. Isso não é acaso é resultado de um racismo estrutural e religioso que foi construído historicamente e que precisa ser enfrentado com coragem pedagógica. Essa formação nos fez entender que não basta apenas “tocar no assunto” de forma superficial. É preciso se comprometer com uma prática verdadeiramente antirracista.

Kabengele Munanga (2003), por sua vez, como já mencionado, reforça a importância de superar o eurocentrismo na educação. Isso significa, na prática, reconhecer que os saberes africanos não são inferiores nem secundários. Pelo contrário, eles fazem parte da formação histórica, cultural e espiritual do Brasil. Excluir as religiões de matriz africana do debate escolar é reforçar a ideia equivocada de que só há um jeito certo de viver, pensar e se relacionar com o sagrado. O minicurso nos mostrou como a educação pode ser instrumento de reparação histórica e de reconhecimento de outras formas de existir.

Essa formação também tem respaldo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que afirma o dever da escola em promover o respeito à diversidade religiosa e o combate a qualquer forma de preconceito. Habilidades como (EF08ER05) Debater Sobre as possibilidades e os limites da interferência das tradições religiosas na esfera pública, e (EF08ER06) Analisar práticas, projetos e políticas públicas que contribuem para a promoção da Liberdade e pensamentos, crenças e convicções. No Ensino Religioso, por exemplo,





propõe justamente que os estudantes identifiquem e questionem preconceitos religiosos, desenvolvendo atitudes de respeito. Ao participar do minicurso, compreendemos que nosso papel como docentes é garantir que essas habilidades sejam, de fato, vividas no cotidiano escolar, e não apenas citadas em planejamentos.

Mais do que aumentar nosso repertório teórico, o minicurso nos despertou para o desafio da escuta sensível, do diálogo com o outro e da construção de uma prática docente que leve em conta a realidade dos nossos alunos. Muitos estudantes são de origem negra, vivem ou convivem com práticas de religiosidade afro-brasileira, mas raramente se veem representados positivamente na escola. Isso gera sentimento de exclusão e autonegação. Como educadores em formação, não podemos fechar os olhos para isso. Essa formação trouxe inquietações. E é dessas inquietações que surgem os primeiros passos para transformar a escola num lugar mais acolhedor. O compromisso ético de um/a professor/a não pode ser só com o conteúdo, mas com a dignidade dos sujeitos que ensinam e aprendem.

É importante também destacar que formações como essa devem ser permanentes. Não basta um único encontro. Precisamos de continuidade, aprofundamento e apoio. É o que o projeto institucional de bolsa de Iniciação à docência (PIBID), oferece espaços de reflexão crítica, toca nas feridas da educação e proponha caminhos para superá-las. Ao mesmo tempo, é fundamental que as universidades se comprometam com uma formação inicial que vá além da técnica e que estimule o pensamento crítico, a escuta ativa e a sensibilidade diante da diversidade.

A escola tem sido um dos principais palcos de disputas em torno da identidade nacional, da fé, da cultura e da memória. Nesse cenário, o/a professor/a é alguém que pode tanto reforçar os preconceitos quanto ajudar a desconstruí-los. Nosso posicionamento, nossas escolhas e até os nossos silêncios impactam diretamente a vida dos estudantes. Por isso, precisamos assumir uma postura ética e corajosa diante dos desafios que envolvem o ensino das religiões de matriz africana.

Em resumo, o minicurso nos ensinou que é possível e necessário pensar uma prática docente mais humana, mais crítica e mais coerente com os princípios de uma educação democrática. Ele mostrou que o caminho da transformação começa com a escuta, com o respeito e com o compromisso de não deixar ninguém para trás. Que possamos levar esse aprendizado para nossas salas de aula, nossos planejamentos e nossas ações cotidianas.





## AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer, em primeiro lugar, ao Professor Me. Augusto Bezerra, que conduziu o minicurso “Religiões de Matriz Africana” com tanto conhecimento, sensibilidade e respeito. Sua fala foi bem profunda e acolhedora, nos fazendo pensar com mais seriedade sobre temas que, muitas vezes, são deixados de lado no ambiente escolar. A forma como ele conduziu a formação nos ajudou a enxergar com outros olhos a importância de uma prática docente que valorize a diversidade e enfrente o racismo religioso com coragem e responsabilidade. Sua escuta atenciosa e seu compromisso com a educação antirracista foi muito importante em nossa formação como futuros professores e professoras. Também fazemos nosso agradecimento à coordenação do subprojeto PIBID História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), que tornou possível esse momento formativo. A coordenação tem sido muito importante na construção da nossa formação crítica, humana e conectada com as realidades sociais que encontramos nas escolas públicas. As ações promovidas ao longo do programa, incluindo o minicurso aqui discutido, ampliam nosso olhar sobre o papel social do/a professor/a e nos levam a buscar caminhos mais comprometidos com a justiça e o respeito à diversidade.

Por fim, agradecemos ao próprio PIBID, enquanto política pública de valorização da formação docente. Participar deste programa tem sido uma experiência única, que ultrapassa a teoria e nos coloca em contato direto com os desafios e as potências da educação básica. Ter a oportunidade de vivenciar formações como essa reforça o quanto é importante manter e fortalecer iniciativas que aproximem a universidade das escolas e promovam uma educação mais justa e crítica à realidade do nosso país. Nosso muito obrigado a todos e todas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho e para a nossa formação enquanto educadores em formação.





## REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2019.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

